

“Diálogos Governo - Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria”

Relatório Geral

2ª edição – 08.08.12





Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Secretaria-Geral da Presidência da República

Índice

Introdução		03
Programação		05
Mesas de Diálogo	Mesa 1 – Busca Ativa e Garantia de renda	06
	Mesa 2 – Inclusão Produtiva Urbana	10
	Mesa 3 – Inclusão Produtiva Rural	13
	Mesa 4 – Acesso a Serviços	18
Plenária com os Ministros	Relatos das Mesas de Diálogo	23
	Comentários dos Ministros	25
	Intervenções dos Participantes	28
	Encerramento	29
Anexo I	Lista de Presença – Movimentos Sociais	30
Anexo II	Número de Participantes – Governo Federal	34



Introdução

O evento “Diálogos Governo e Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria” foi realizado no dia 08 de agosto de 2012 com o objetivo de aprofundar o diálogo, de conhecer as percepções e de receber as sugestões e críticas dos movimentos sociais sobre os avanços e desafios do plano de superação da extrema pobreza, além de ampliar o engajamento da sociedade.

Em 2011, antes do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), houve uma primeira rodada de diálogos com a sociedade civil. Os questionamentos, preocupações e contribuições levantadas pelos movimentos sociais naquela ocasião deram origem ao documento “Devolutiva”, que relata as providências adotadas.

Dando continuidade ao processo de participação social e estabelecendo um intercâmbio contínuo que confira mais transparência das ações do BSM, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) reuniram movimentos sociais do campo e da cidade, conselhos de políticas públicas, organizações não governamentais, comissões, centrais sindicais, comunidades religiosas, rede de educação cidadã, confederações patronais e organizações de responsabilidade social e empresarial para uma segunda rodada de discussões. Foram convidadas 245 entidades da sociedade civil, das quais 112 compareceram (Lista de participantes - Anexo 1).

O encontro contou com a presença dos Ministros de Estado Gilberto Carvalho (SG/PR), Tereza Campello (MDS), Aloísio Mercadante (Educação), Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) e Garibaldi Alves (Previdência Social), além da Secretária Executiva Marcia Amaral (Saúde) e teve a participação de cerca de 200 representantes de movimentos sociais e dos ministérios que desenvolvem ações do BSM.

A participação de homens e mulheres foi equilibrada, com ligeira prevalência masculina (51%). Compareceram entidades da sociedade civil de todo o país, como mostra a tabela 1. A tabela 2 indica a pluralidade dos segmentos representados.



Tabela 1

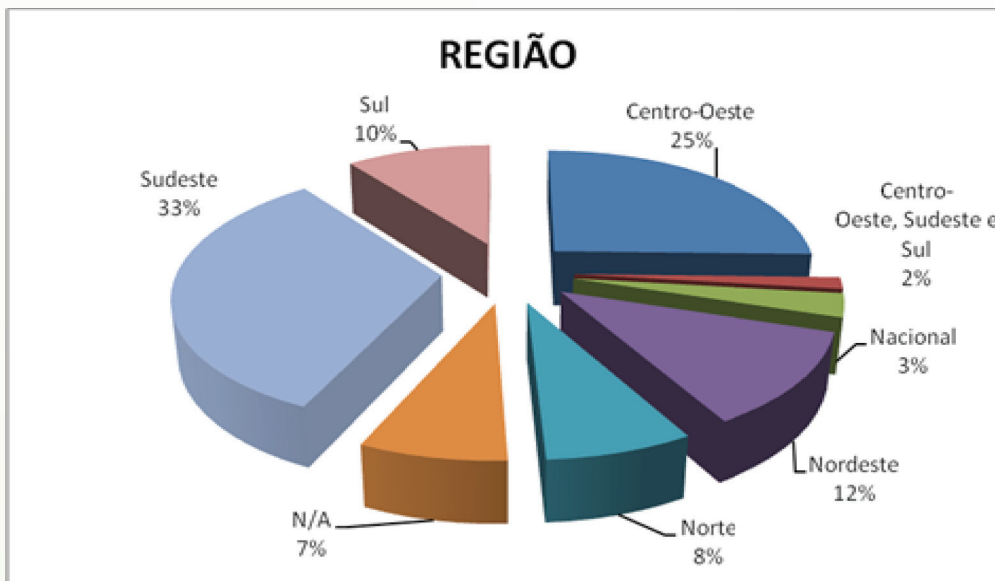
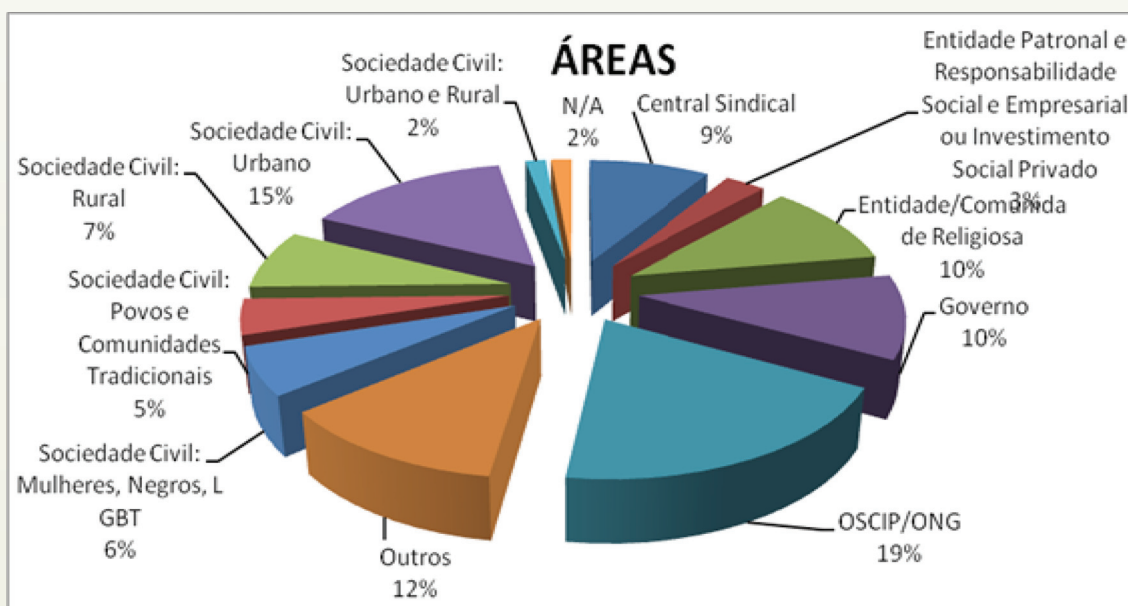


Tabela 2



Na Mesa de Abertura, a Ministra Tereza Campello apresentou o Balanço de 1 ano do BSM e a "Devolutiva", com destaque para os grandes números do Plano, enfatizando a importância de aprimorar a participação social.

A ministra frisou que as conquistas e avanços obtidos pelo BSM no enfrentamento a pobreza foram fruto de esforço conjunto, numa pactuação federativa capitaneada pela Presidenta Dilma, que obteve a adesão de todos os governadores, prefeitos e da sociedade civil organizada na luta pela construção de um Brasil mais justo e menos desigual.



No decorrer do evento, para viabilizar o aprofundamento dos debates em torno das realizações e desafios do BSM, os participantes se dividiram em quatro Mesas de Diálogo, organizadas de acordo com os eixos do Plano: Busca Ativa e Garantia de Renda, Inclusão Produtiva Urbana, Inclusão Produtiva Rural e Acesso a Serviços (saúde, educação e assistência social).

A seguir, uma descrição dos debates ocorridos durante o evento.

Programação

08h00 09h00	Credenciamento e inscrição nas Mesas de Diálogos
09h00 10h15	Mesa de Abertura Ministros Tereza Campello e Gilberto Carvalho 1) Devolutiva dos Diálogos 2011 2) Balanço do BSM e Desafios 3) Formas de participação Participação do Ministro Garibaldi Alves
10h15 12h30	Mesas de Diálogo (concomitantes) 1) Busca Ativa e Garantia de Renda 2) Inclusão Produtiva Urbana 3) Inclusão Produtiva Rural 4) Acesso a Serviços: Saúde, Educação e Assistência Social
12h30 14h00	Almoço
14h00 17h00	Plenária Ministros Gilberto Carvalho, Tereza Campello, Aloízio Mercadante e Pepe Vargas 1) Apresentação dos Relatórios das Mesas de Diálogo e considerações dos ministros 2) Debate aberto 3) Fala de encerramento dos ministros



Mesas de Diálogo

MESA 1 - BUSCA ATIVA E GARANTIA DE RENDA

Composição	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (MDS)	Luís Henrique Paiva Secretário
	Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS)	Valéria Gonelli Secretária-Adjunta
	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (MDS)	Caio Nakashima Representante do Secretário
	Secretaria de Políticas de Previdência Social (MPS)	Leonardo Rolim Secretário

30 pessoas participaram desta Mesa

Descrição do assunto

A escala nacional e o caráter intersetorial e intergovernamental do BSM requerem que ele se apoie em ferramentas e redes com essas mesmas características – o Cadastro Único para Programas Sociais e a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Cadastro Único é o principal instrumento de identificação e seleção de famílias de baixa renda para inserção em programas e políticas sociais no Brasil. São cerca de 23 milhões de famílias de baixa renda registradas, o que corresponde a aproximadamente 70 milhões de pessoas, incluindo a maior parte da população extremamente pobre do país. O cadastramento é feito por todos os municípios do Brasil, daí a centralidade dos entes municipais no Plano.

Para que o BSM alcance a totalidade de seu público-alvo, uma das metas é encontrar e cadastrar todas as famílias extremamente pobres ainda não localizadas. Muitas delas vivem em áreas isoladas, nos bolsões de pobreza dos grandes centros urbanos ou em outras áreas em que é difícil o acesso aos programas e serviços oferecidos pelo poder público. Tais famílias dificilmente teriam as informações ou os meios para busca tais esses programas e serviços, por isso o Estado não pode esperar que elas venham até ele. O poder público é que deve ir aonde a extrema pobreza está.

A Busca Ativa é a estratégia do BSM para encontrar e cadastrar essas famílias, sem esperar que elas cheguem até o Estado. Desenvolvida junto aos municípios, a Busca Ativa é impul-



sionada pela criação de equipes volantes da assistência social e pelo aumento de repasses de recursos do Governo Federal para as prefeituras. Graças à Busca Ativa, 687 mil famílias anteriormente “invisíveis” haviam sido incluídas no Cadastro Único desde o lançamento do Plano até maio de 2012, e já estavam recebendo o Bolsa Família e outros benefícios sociais.

No eixo garantia de renda, BSM dá atenção especial às crianças, pois cerca de 40% da população em extrema pobreza tem menos de 14 anos. Para reduzir a extrema pobreza infantil, os benefícios do Bolsa Família relativos a crianças e jovens tiveram forte reajuste em 2011. A quantidade desses benefícios que cada família pode receber aumentou de três para cinco. E teve início o pagamento de benefícios a mulheres grávidas ou em fase de amamentação.

Uma iniciativa criada pelo BSM pensando nas crianças é a Ação Brasil Carinhoso, destinada às famílias extremamente pobres com filhos na primeira infância, fase essencial para o desenvolvimento. Em sua vertente de transferência de renda, o Brasil Carinhoso instituiu o Benefício para Superação da Extrema Pobreza na Primeira Infância (BSP), que assegura renda mínima de R\$ 70,00 por pessoa a todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família que tenham pelo menos uma criança de 0 a 6 anos. O novo benefício é concedido automaticamente às famílias que, mesmo recebendo os benefícios do Programa, não alcançaram o patamar de R\$ 70,00 por pessoa, ou seja, ainda se encontram abaixo da linha da extrema pobreza. O pagamento dos benefícios do Brasil Carinhoso começou em junho de 2012, já com enorme impacto: redução de 40% na extrema pobreza e retirada de 2,8 milhões de crianças de 0 a 6 anos da miséria.

O eixo garantia de renda ganhou ainda mais impulso com a adesão dos estados ao BSM. Nove estados e o Distrito Federal assumiram o compromisso de complementar a renda das famílias brasileiras que, mesmo com os recursos do Bolsa Família, não conseguem superar o patamar da extrema pobreza. Com o advento do Brasil Carinhoso, o compromisso firmado pelos governadores se mantém, mas o esforço fiscal requerido dos estados diminuiu muito.

RELATÓRIO MESA 1

Tópicos abordados pelos participantes

- Ressalta a importância da fiscalização na “ponta”, pessoas que realmente precisam receber Bolsa Família e outros benefícios acabam não recebendo.
- Afirma que a busca ativa deve abranger os assalariados rurais e os segurados rurais do INSS.
- Afirma que as condições de habitação rural são muito ruins e a educação no campo ainda é uma lacuna da política de educação, o que prejudica a inclusão produtiva no campo.
- Destaca a necessidade de um diálogo permanente, e não de ano em ano.



- Parabeniza o Governo Federal pela visão sistêmica no combate à extrema pobreza.
- Afirma que um quarto dos brasileiros têm alguma deficiência (dados do Censo) e questiona como a busca ativa lidará com isso.
- Sugere que se faça algo para envolver as crianças e adolescentes na busca ativa.
- Ressalta que as profissões de acessibilidade – tradutor de LIBRAS, pessoas que escrevem em braile etc – ainda não estão incluídas entre as formações que recebem incentivos e capacitações.
- Sugere que o Poder Público assegure a documentação das pessoas que se cadastram.
- Questiona como evitar erros de exclusão no nível local, em função das simpatias políticas, e como saber se as famílias saíram do PBF por melhoria de suas condições de vida.
- Destaca a luta contra a invisibilidade das pessoas com deficiência. Sustenta que há relação direta entre deficiência e pobreza, portanto a população deficiente deve ser um dos focos do BSM.
- Pergunta se no formulário do Cadastro Único existem perguntas a respeito de deficiência dos integrantes das famílias.
- Afirma que, entre os moradores de rua, há muitas pessoas deficientes.
- Afirma que políticas e ações devem ir além da assistência social.
- Quer que os deficientes sejam incluídos como população específica no Cadastro Único e nos programas.-
- Pergunta se a pauta da identidade cultural está presente na busca ativa.
- Afirma que haverá uma discussão sobre busca ativa no fórum de igrejas evangélicas. Pergunta qual pode ser a participação das igrejas evangélicas na busca ativa.
- Indaga o que pode ser feito para ampliar a cobertura previdenciária das pessoas que não têm capacidade contributiva.
- Afirma que desproteção social é maior entre as mulheres, principalmente na informalidade das donas de casa, trabalhadoras domésticas.
- Afirma que é preciso encontrar formas de flexibilizar o tempo de carência para aposentadoria para as mulheres, trabalhadoras domésticas.
- Alerta quanto à discriminação contra comunidades de terreiro nos processos de cadastramento
- Afirma que o idoso em situação de vulnerabilidade “não está sendo olhado”.
- Afirma que a violência contra a mulher se concentra na área rural.
- Reclama que, no processo de concessão de benefícios do governo, não há prioridade para novos arranjos familiares – “famílias GLBT” – em relação às famílias tradicionais.
- Alerta que é preciso observar se, nos processos de cadastramento, não estão presentes condutas do que chama de racismo.
- Registra que há muitas falhas no cadastramento das famílias e faltam informações, para os beneficiários, sobre a gestão dos programas (bloqueios, cancelamentos).
- Sugere que os diálogos sejam regionalizados e que se tornem mais frequentes. Oferece a estrutura da Ação da Cidadania no RJ para sua realização na cidade.



RESPOSTAS DA MESA

Secretário Luís Henrique Paiva (MDS)

- Sobre o pedido por mais “fiscalização na ponta”, o Secretário respondeu que a focalização do Bolsa Família, mesmo adotando o critério da auto-declaração, está no mesmo patamar de outros importantes programas de transferência de renda. Por outro lado, ampliar a estrutura de fiscalização do programa o tornaria mais caro, sem ganhos de custo-benefício.
- Os fatores que poderiam agregar mais acerto na focalização são: mais auditorias (como as que já são realizadas no Cadastro Único), novos mecanismos de tecnologia da informação (como a versão 7 do Cadastro Único) e mais participação social. Ressaltou que o MDS não pretende criar uma “estrutura policial”.
- As comunidades de terreiro estão identificadas no Cadastro Único.
- Sobre a prioridade na seleção de novos arranjos familiares: não há arranjo familiar prioritário, porque o critério de seleção é a renda.

Secretária Adjunta Valéria Gonelli (MDS)

- As pessoas deficientes são o foco do Plano Viver sem Limites, do Governo Federal.
- Já está em andamento um processo de integração entre o Cadastro Único e o cadastro do BPC.
- Sobre as profissões de acessibilidade: a qualificação dos trabalhadores do SUAS envolverá a qualificação das equipes nessas habilidades (LIBRAS). O Ministério da Ciência e Tecnologia está trabalhando no sentido de induzir o barateamento de tecnologias inclusivas.
- Sobre os idosos, a busca ativa encontrou menos de 200 mil pessoas com mais de 65 anos vivendo em famílias com renda per capita inferior a R\$ 70,00. A busca ativa já localizou mais de 60 mil desses idosos extremamente pobres.
- Acerca do BPC: dos 3,6 milhões de cidadãos beneficiários, há quase paridade entre idosos e pessoas com deficiência.
- Sobre a municipalização e os problemas de benefícios para pessoas fora do público-alvo: houve uma decisão deliberada de fortalecer a estrutura estatal de assistência social. Há instituições e mecanismos que podem ser acionados em caso de beneficiários sem elegibilidade, como os conselhos locais de políticas públicas, o Ministério Público e a Lei de Acesso à Informação.

Secretário Leonardo Rolim (MPS)

- O Estado precisa realmente criar mecanismos de inclusão previdenciária.
- O modelo de cadastramento previdenciário desenvolvido pelo DIEESE e utilizado pelo INSS não é utilizado no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.



- A proteção previdenciária das pessoas deficientes é uma das mais baixas, chegando a apenas um terço desses cidadãos. E há um problema nos incentivos, pois a “Previdência protege a invalidez, mas não a deficiência”.
- Sobre as donas de casa de baixa renda, informou que a carência não foi reduzida pelo receio que teve o MPS de outras categorias se aproveitarem judicialmente da medida, reivindicando o que, nesses casos, seria um privilégio.
- Sobre as empregadas domésticas, disse que apenas um terço tem proteção previdenciária; no público do Brasil Sem Miséria (pessoas extremamente pobres), 99% não estão protegidos.

Caio Nakashima (MDS)

- O empoderamento da sociedade pode se dar por meio da transparência das informações públicas. Mencionou mecanismos como o TABCad e CECad, para acesso às informações do Cadastro Único, hoje disponíveis para os municípios (gestores do Cadastro Único e do Bolsa Família) e no futuro próximo para todos os cidadãos.

MESA 2 - INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA

Composição	Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (MDS)	Tiago Falcão Secretário
	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC)	Marco Antonio de Oliveira Secretário
	Secretaria Nacional de Economia Solidária (MTE)	Paul Singer Secretário

49 pessoas participaram desta Mesa

Descrição do assunto

No eixo inclusão produtiva, em sua vertente urbana, o objetivo é aproveitar a disposição do público do BSM para o trabalho e promover sua qualificação profissional e o acesso a outras políticas do setor, melhorando a inserção no mundo do trabalho, com elevação de renda e ampliação de direitos, incluindo o acesso à seguridade social.

O carro-chefe na inclusão produtiva é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/BSM), que já tinha 232 mil pessoas inscritas ao final de julho de 2012. Mas o BSM também apoia quem prefere trabalhar por conta própria, oferecendo o



microcrédito produtivo orientado do Programa Crescer, acesso às iniciativas da economia solidária e incentivo os trabalhadores autônomos a se tornarem Microempreendedores Individuais (MEI).

RELATÓRIO MESA 2

Tópicos abordados pelos participantes

- Diante do arrefecimento recente da economia sugere ação mais forte do governo no estímulo ao crescimento econômico, direcionado às pequenas e micro empresas, que mais empregam.
- Sugere priorizar os investimentos nas empresas nacionais; baixar juros.
- Fim dos lixões: os prefeitos não enxergam os catadores como agentes importantes no tratamento dos lixos (reciclagem); priorizam empresas especializadas.
- O governo precisa apoiar a inclusão dos catadores, com a contratação de cooperativas (ao invés apenas de assistência social). Atualmente os catadores não têm como atender os requisitos da lei das cooperativas.
- Alerta que os catadores não estão tendo acesso adequado ao Bolsa Família.
- Expressa preocupação com o arrefecimento da demanda (consumidores). De nada adianta o apoio às cooperativas e a qualificação profissional se as cooperativas não puderem gerar renda por meio da venda de produtos e de oportunidades de emprego.
- Manifesta que o Brasil ainda vive condição de grande desigualdade.
- Alerta sobre a burocracia que dificulta o atendimento aos pobres.
- Pergunta se o governo sistematiza as sugestões apresentadas em cartas destinadas à Presidenta.
- Afirma que a baixa escolaridade impõe desafios ao êxito na educação profissional.
- Propõe cota para os mais pobres na contratação de aprendizes.
- Qualificação profissional e inclusão produtiva: alerta que os recursos direcionados aos municípios precisam ser melhor organizados para que cheguem efetivamente aos mais pobres e atinjam seus objetivos.
- Afirma que baixa escolaridade dificulta a educação profissional.
- Afirma que extrema pobreza tem cor. Isso revela que a discriminação ainda é profunda e o BSM deve ressaltar esse aspecto.
- Sugere a criação de rede que articule as experiências e propostas criadas pelas entidades de deficientes.
- Ressalta a necessidade de oferta de microcrédito e de ações de economia solidária para esse segmento.
- Alerta para a baixa presença dos deficientes no mercado formal (98% no informal). As ações do governo voltadas para esse segmento são tímidas. Sugere assistência técnica e qualificação.



- Sugere fortalecer a capacidade de controle social, sobretudo nos estados e municípios. Criar estratégias que fortaleçam o controle social nos três níveis. Destacou o PL sobre metas de governo em discussão no congresso.
- Aponta que o Sistema S tem dificuldade de lidar com o público egresso do sistema penitenciário e as comunidades marginalizadas. Restringem com normas administrativas o acesso e o acolhimento desse público, o que dificulta sua permanência.
- Sugere que o governo mobilize a sociedade para os esforços de erradicação da pobreza. Uma alternativa é a participação via voluntariado.
- Propõe a criação de mecanismos de monitoramento da atuação dos estados e municípios.
- Ressalta que o ensino formal não adota uma metodologia para evitar a evasão de alunos que precisam trabalhar.
- Afirma que falta reconhecimento profissional de ocupações ligadas ao hip hop – dançarinos, DJs, grafiteiros etc.
- Sugere a criação de mecanismos para transformar as organizações que trabalham nas comunidades em agentes de apoio as ações do governo para erradicação da pobreza.
- Alerta que o apoio do estado via organizações religiosas para iniciativas de ação social (sobretudo na assistência e na educação) tem pressionado o público alvo à conversão religiosa, o que fere a liberdade de credo e tem incentivado a intolerância religiosa.
- Afirma que os critérios e requisitos para o acesso ao Micro Empreendedor Individual – MEI, afastam os mais pobres da formalidade – preenchimento do Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço e Informação à Previdência Social – GFIP, etc.
- Aponta desafios para a economia solidária: ausência de capital de giro e equipamentos; falta de bolsa de inclusão produtiva que garanta a sobrevivência dos cooperados; necessidade de mais apoio a programa de incubadoras de empreendimentos populares.
- Afirma que Secretaria de Políticas para Mulheres deveria estar mais envolvida nas ações de inclusão produtiva.
- Alerta para a necessidade de mais atenção do Estado às crianças, ao povo de rua e aos indígenas.

RESPOSTAS DA MESA

Secretário Tiago Falcão (MDS)

Destaca que o BSM não é o único programa do governo para tratar de todas as questões levantadas pelos participantes. Mencionou outros programas, como:

- Plano Brasil Maior
- Plano Viver Sem Limite
- Plano Crack é Possível Vencer



- Ressaltando que muitas das questões colocadas estão sendo tratadas na lógica de outros programas.

Secretário Marco Antonio (MEC)

Agenda da formação profissional:

- Baixa escolaridade como entrave para a formação profissional: o MEC dispõe de instrumentos para enfrentar essa questão – alfabetização de jovens e adultos, por exemplo. É importante identificar as necessidades de formação básica dos beneficiários da formação profissional.
- Elo com mercado de trabalho: a existência de fóruns de participação e controle social pode contribuir na tarefa de coordenar qualificação profissional com acesso ao mercado.
- Pessoas com deficiência: existe cota para deficientes nos cursos. Há também que se enfrentar a necessidade de capacitar a rede para atender as pessoas com deficiência. Há dificuldade de mobilizar as entidades e as pessoas com deficiência para participar dos cursos.
- Uma estratégia é a criação de centro de referência tecnologia assistida.

Secretário Paul Singer (MTE)

- O papel do governo federal é oferecer aos demais entes as políticas de economia solidária; eles têm autonomia para assumir essas políticas.
- Enfatiza que as eleições municipais são o momento adequado para se colocar o debate sobre a inclusão produtiva.

MESA 3 - INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL

Composição	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS)	Maya Takagi Secretária
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MDA)	Carlos Guedes Presidente
	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (MMA)	Paulo Guilherme Secretário
	Secretaria de Desenvolvimento Regional (MI)	Sergio Castro Secretário

47 pessoas participaram desta Mesa



Descrição do assunto

Embora apenas 15% dos brasileiros estejam na zona rural, metade da população em extrema pobreza vive no campo. Daí a importância das ações de inclusão produtiva rural, que ajudam as famílias em extrema pobreza a produzir mais e melhor e a comercializar seus produtos.

Para apoiar a estruturação da produção familiar, o Plano oferece assistência técnica ao agricultor extremamente pobre, sementes de qualidade e recursos para a aquisição de equipamentos e outros insumos – aumentando a quantidade e a qualidade da produção. A venda da produção excedente é viabilizada por meio de compras públicas e privadas, cabendo destacar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que garante a compra da produção dos agricultores familiares em condição de extrema pobreza.

O acesso à água de qualidade para consumo e produção e à energia elétrica também é fundamental para melhorar a vida e as condições de trabalho no campo e por isso tem especial atenção no BSM. Vale destacar ainda o Programa Bolsa Verde, que transfere recursos para famílias que desenvolvam atividades de conservação ambiental em áreas como Unidades de Conservação (UC`s) e Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados (PA`s). Em um ano de BSM, foram feitos mais de 1 milhão de atendimentos em ações de inclusão produtiva rural.

RELATÓRIO MESA 3

Destaques

Reforma Agrária: esse assunto surgiu em praticamente todas as intervenções dos representantes da sociedade civil. É considerada uma questão estruturante e que, portanto, deveria compor o BSM se o compromisso é mesmo com a superação da extrema pobreza. Trata-se da discussão sobre o “modelo de desenvolvimento” que queremos. Também foram bastante destacados a questão da qualificação e estruturação dos assentamentos, a regularização fundiária e a criação de reservas extrativistas.

Questão federativa e controle social: as dificuldades enfrentadas são consequência por um lado, da precariedade da gestão local, que dificulta execução das políticas e ações e por outro, da fragilidade ou inexistência de instâncias de controle social. Por isso, é importante qualificar os gestores locais, ampliar o controle social e manter diálogo contínuo. Desejam encontros nacionais com periodicidade menor que um ano.

Processos individuais X processos coletivos: os projetos desenvolvidos no âmbito da ATER, do Fomento e do Bolsa Verde deveriam ser individuais, mas complementados com processos coletivos de estruturação produtiva.



Tópicos abordados pelos participantes

- Movimentos reunidos na Rio +20 discutiram o BSM; foram elencados 9 pontos de preocupação com o programa. Documento será entregue. Reforma Agrária – não se discute erradicação da extrema pobreza sem ampliar o acesso a terra. Reforma agrária não está no centro do processo.
- Dificuldades na inclusão produtiva rural e acesso a serviços.
- Seca: adaptação às mudanças climáticas; é preciso aprofundar esse tema.
- Proposta de diálogo apresentada: fracionar a discussão em conselhos ou em um encontro anual não é suficiente; é preciso um debate continuado. Se não for criado um novo conselho, que seja criado um comitê estratégico ou algo do gênero para discussão.
- Diálogo do ponto de vista dos “invisíveis”.
- Elogia, mas diz que é preciso política diferenciada de ATER.
- Há lugares em que o estado não chega.
- Comunidade de Marajó – cercada por água – não tem acesso à água (boa tarefa para FUNASA).
- A reforma agrária foi abandonada.
- Não são criadas mais reservas extrativistas.
- Bolsa Verde: “encrenca” – confusão entre serviço ambiental com Bolsa Verde (não pode ser individual – tem que haver projetos coletivos).
- Proposta/reivindicação: cada assentamento ter um Ponto de Cultura. Sugeriu a presença do Ministério da Cultura no próximo encontro.
- Transporte precário na área rural é mais um fator para desenvolver arte/cultura na localidade.
- Elogia o BSM, considerando o rendimento médio do setor público brasileiro; aprendizado deveria ser replicado na administração pública.
- Ênfase maior na terra (não só reforma agrária e sim questão da titularidade) e na água.
- Foco nos jovens – estudo.
- Participação da sociedade civil parece pífia – maior controle social.
- Concentração de terras no país – enquanto isso não for discutido, não avançaremos; fazemos só assistencialismo.
- Sem acesso aos meios de produção no campo, não eliminaremos a pobreza.
- O acesso a terra é o principal problema; reforma agrária parou.
- Onde está o Plano Nacional de Agroecologia? E a questão do analfabetismo no campo?
- Controle social a cargo das primeiras damas.
- Sustentabilidade – continuidade.
- Problemas que desaparecem, como o programa de desenvolvimento territorial.
- Ministérios que não conversam.



- Controle Social/participação: dificuldades nos pequenos municípios por problemas do poder local, uso de programas/políticas para outros fins. Papel dos movimentos sociais locais é fundamental.
- Chamadas de ATER: MDA não tem estrutura para acompanhar as chamadas.
- Juventude: debater mais a inclusão produtiva do jovem. Problemas antes urbanos chegam ao meio rural.
- Terra: querem instalar mesa de debate para discutir o problema fundiário no país.
- Os extremamente pobres são invisíveis ou o Estado não os enxerga?
- Maior público do BSM é negro.
- Quilombolas – problema da titularidade da terra. Pouco se avançou perto do número de comunidades quilombolas que existem. E isso impacta no acesso a outras políticas. Então, a escravidão não acabou.
- Crítica à reforma agrária, à dificuldade de acessar a DAP e, portanto, ao PAA/PNAE.
- Déficit habitacional no meio rural.
- Bolsa Verde: como tratar a questão da desertificação? Quem está em área degradada, como faz?
- Descontinuidade das políticas/ações: por exemplo, da questão territorial.
- Reforma agrária: está clara a opção do governo. A reforma agrária parou. Não só a questão da aquisição/acesso a terra, mas também a questão da estrutura dos assentamentos.
- Juventude rural: centralidade tem que ser na reforma agrária, voltou a crescer a concentração de terra e o jovem está abandonando o campo.
- Como falar em inclusão produtiva rural quando o governo federal fecha 25 mil escolas no meio rural nos últimos anos? Sem educação, não haverá IPR.
- Descontinuidade do conselho juventude rural. Abandono pelo MTE.
- Sistemas simplificados de água: poderiam repassar para conselhos, não para prefeituras.
- ATER: a lei é acertada, a chamada é o meio, mas o MDA tem que se estruturar para isso. Não aumentem meta. Os números apresentados não são verdadeiros, uma vez que contratar não é ter ATER.
- Reforma agrária nunca foi prioridade do governo Dilma.
- BSM: sem terra precisa de terra, é preciso ampliar recursos para aquisição de terra.
- Agroecologia: será um divisor de águas, mas não se fala mais no assunto.
- PAA: 30% a mais para orgânicos. PNAE: produto diferenciado não chega.
- Preocupação não pode ser somente com o semiárido e sim um programa mais massivo de irrigação.
- Não há prioridade para reforma agrária.
- Seca: problema em vários lugares; na estratégia de IPR faltam ações para amenizar os efeitos da seca como por exemplo criar a CONABRAS (nova CONAB) e o programa de segurança alimentar animal.



- Bolsa Verde: recuperação – será por isso que o programa de agroecologia não sai?
- Cisternas de plástico: de que adianta acelerar o programa se o plástico não é duradouro e não gera capacitação local?
- Política territorial: abandono e não “conversa” entre órgãos.
- Diferença entre reforma agrária e política de assentamentos; reforma agrária não existe.
- Há uma trava silenciosa que é o licenciamento ambiental.
- Bioma Cerrado está esquecido; levar Bolsa Verde e Cisternas para o Cerrado.
- Causas da pobreza – qual o nosso modelo de desenvolvimento e como ele continua produzindo exclusão? O agronegócio continua avançando e expulsando do campo.
- Busca Ativa conseguiu avanços, mas o atendimento individualizado na estratégia de inclusão produtiva rural não é adequado. Temos que pensar em formas coletivas de acesso, gestão etc.
- Evolução das relações entre sociedade e estado.
- PAA – formas organizativas têm sido preteridas em favor da prefeitura municipal.
- Política Nacional de Agroecologia: maior parte dos recursos é destinada ao agronegócio.
- Relato de participante do Cariri paraibano: APL caprinocultura que foi desenvolvido está sendo abandonado. Trata-se do maior polo produtor de leite de cabra do país, atende o PAA (27 usinas fornecem).
- Não inclusão da questão fundiária no BSM é um equívoco: como discutir inclusão produtiva rural sem isso? Apresentação da Ministra tem descompasso com a realidade local.
- Chamadas de ATER: não temos condições, de lado a lado, para cumprir. A iniciativa é louvável, mas precisa de ajustes.

Respostas da Mesa

Secretário Sérgio Castro (MI)

- Sistema simplificado de abastecimento: gestão coletiva.
- Marajó: programa foi expandido.
- Cisterna de plástico: prioridade é de placa; mas MI usa tecnologia que vem sendo testada no México, na Austrália; produção é local.

Carlos Guedes (Presidente do Incra)

- Debate no CONDRAF sobre criação de uma rota de acesso a terra no BSM.
- Chamadas de ATER: fiscalização não é tão problemática para o INCRA, e sim para o MDA. INCRA poderá apoiar o MDA.



Secretário Paulo Guilherme (MMA)

- Agradeceu críticas e colocações.
- Licenciamento ambiental: debate para mudança está avançando. Já tem minuta de decreto. Semana que vem haverá reunião com cinco ministérios sobre o assunto.
- Bolsa Verde: indivíduo x coletivo. Dilema. Convida para debate de propostas.
- Ampliação Bolsa Verde: decisão deve sair logo em biomas que carecem de recuperação como a caatinga e o cerrado.

Secretária Maya Takagi (MDS)

- Importância do diálogo para mexer no nível micro e ajustar para ver como repercute na ponta.
- Articulação intersetorial está avançando, ainda que não seja um caminho fácil.
- Temos que avançar ainda mais no diálogo social (Consea, CNTD etc).
- PAA Leite Paraíba: governador está aqui em Brasília hoje para resolver o problema. Há problemas com a qualidade do leite.
- PAA: compra de cooperativas continua sendo objetivo e faz parte das orientações a CONAB e Estados.
- Fomento: é possível fazer desenho coletivo de projetos de estruturação produtiva.

MESA 4 - ACESSO A SERVIÇOS

Composição	Secretaria Nacional de Assistência Social (MDS)	Denise Colin Secretária
	Secretaria Nacional de Educação Básica (MEC)	Jaqueline Moll Diretora de Currículos e Educação Integral
	Secretaria Executiva (MS)	Marcia Aparecida Amaral Secretária Executiva

56 pessoas participaram desta Mesa

Descrição do assunto

No eixo "acesso a serviços", a proposta é assegurar a oferta e a ampliação dos serviços públicos em áreas onde há deficiência e que concentram os maiores contingentes de pobreza. Isto orienta o poder público a priorizar as regiões que mais carecem, por exemplo, de Uni-



dades Básicas de Saúde (UBS), de escolas de educação integral e de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Além de ampliar a rede de atendimento nessas áreas, o Plano permite ofertar mais e melhores serviços a quem deles mais necessita.

RELATÓRIO MESA 4

Tópicos abordados pelos participantes

Publicização e transparência

- Propiciar instrumentos periódicos de participação da sociedade civil.
- Realizar os “Diálogos com a Sociedade Civil” semestralmente.
- Fortalecer outros espaços para participação da sociedade civil: fóruns, conselhos setoriais e conferências, entre outros.
- Propiciar a participação da sociedade de forma continuada.
- Publicizar como e onde os serviços estão funcionando. Essas informações precisam ser acessíveis para haver monitoramento e controle social.
- Melhorar e ampliar a divulgação dos resultados das ações do BSM (sugestão: usar horários de intervalo do futebol).
- Estender esse diálogo para as unidades da federação.
- Disponibilizar o acesso à informação, pois da forma como é divulgada não é clara (aparece de forma agregada e de difícil compreensão). O controle social é importante para potencializar os avanços do Plano.
- Esclarecer onde a população acessa informações sobre os serviços que cada município oferece.
- Melhorar a divulgação dos programas de saúde para ampliar o controle social.
- Criar mecanismos para estabelecer processo continuado e aprofundado de diálogo com a sociedade civil.

Saúde

- Inserir nas metas do BSM as doenças perpetuadoras de pobreza, como Beribéri.
- Melhorar o acesso aos serviços de saúde para o público do Bolsa Família e prover ações de voltadas para a obesidade.
- Investir recursos na atenção básica.
- Esclarecer o que há de concreto para o atendimento a população em situação de rua, que não possui endereço.
- Esclarecer como os povos extrativistas e ribeirinhos podem acessar os medicamentos gratuitos.



- Melhorar o atendimento das pessoas com Alzheimer (medicação não é fornecida de forma gratuita, cuidador não tem preparo).
- Rever formas de convênios, pois as entidades tem dificuldade de conveniar com MS.
- Implantar Cerest (Centros de Referências Especializados em Saúde do Trabalhador) rurais e itinerantes.

Educação

- Esclarecer porque o ProInfância não possibilitou a criação das creches.
- Como a sociedade pode monitorar o funcionamento das instituições públicas de educação, uma vez que o Conselho Nacional de Educação normatiza como deve ser a metodologia das escolas, mas no nível local as prefeituras tem autonomia para não adotar as normas estabelecidas. Como zelar pelo interesse público e pelos recursos investidos?
- Expandir as escolas de tempo integral para possibilitar o acesso das famílias pobres.
- Qualificar a oferta da educação para as populações extrativistas e ribeirinhas, pois a qualidade ainda precisa avançar muito. Com relação ao conteúdo, ainda é distante da realidade do território e acaba por preparar cidadãos para sair do campo.
- Possibilitar a educação para população do campo, das florestas e águas, nos seus territórios, incentivando a permanência no campo. Atualmente as crianças do campo são deslocadas para a cidade e são formadas sem especificidade e sem respeito a sua identidade.
- Avaliar a possibilidade de todas as escolas terem em horário integral psicólogo e ou pedagogo para atendimento e acompanhamento das questões mais complexas.
- Melhorar o acesso da população em situação de rua às políticas de educação, pois na saúde já houve avanços.
- Prever no PNE a permanência das escolas especiais que são vitais para pessoas com deficiência, pois ainda há muito a avançar na escola comum no que se refere à educação voltada para pessoa com deficiência intelectual.

Assistência Social

- Esclarecer se há alguma proposta para o enfrentamento ao trabalho infantil no BSM, pois há um número elevado de crianças e adolescentes nessa situação em locais de difícil acesso.
- Explicar qual a proposta para adolescentes em medidas protetivas (que devem ser vistos em sua integralidade, com sua família, assim como crianças institucionalizadas). Qual a proposta para quando não são adotados?
- Qualificar e ampliar a rede de CRAS, garantir a acessibilidade e capacitar os profissionais para melhorar o acesso das famílias.
- Fortalecer o controle social: apenas 3% dos recursos do IGD são para o controle social.
- Ampliar os Centros de Convivência para idosos.



Ações intersetoriais

- Esclarecer como o MDS está usando a pesquisa socioeconômica dos terreiros, de 2010.
- Verificar como está funcionando a distribuição e a utilização dos produtos da agricultura familiar local (cestas de alimentos pararam de chegar para as comunidades quilombolas).
- Combater as irregularidades na concessão do benefício do PBF.
- Efetivar o acesso ao mundo do trabalho, com caráter continuado, por meio de parcerias.
- Efetivar a transversalidade das políticas públicas.
- Envolver mais a SPM no processo.
- Priorizar a regularização fundiária nos locais onde o BSM está acontecendo, com destaque para povos e comunidades tradicionais.
- Ofertar políticas para os jovens no campo, bem como ofertar crédito específico (há esvaziamento e envelhecimento no campo).
- Reativar o Conselho de Economia Solidária e reorganizar a SENAES.
- Criar condições e incentivo à produção da população indígena (repúdio a portaria nº 33 da AGU).
- Incluir no BSM ações dirigidas a aposentados e idosos que vivem empobrecidos, com apenas um salário mínimo.
- Criar programas habitacionais, com imóveis acessíveis, voltados para aposentados, idosos e pessoas com deficiência.
- Sensibilizar a Presidenta Dilma para receber os movimentos sociais, tais como os de aposentados e idosos para diálogo.
- População em situação de rua é respeitada em nível federal, mas nos municípios e estados não.
- Melhorar o atendimento aos povos indígenas e comunidades tradicionais (sequer existe uma contagem oficial desse público).
- Ter em vista que o acesso ao trabalho deve ter caráter continuado e efetividade para garantir vagas no mercado de trabalho.
- Criar condições para possibilitar a aposentadoria para extrativistas.
- Dialogar com a Justiça para não violar os direitos da população em situação de rua.
- Garantir que a oferta dos serviços tenha como pano de fundo o respeito aos direitos humanos.
- Ampliar serviços para pessoas em situação de desvantagem (pessoas com autismo e com deficiência), inclusive para amenizar a situação das mães que não têm apoio de reabilitação e são excluídas do mercado de trabalho.
- Esclarecer se 1% do lucro anual das estatais está sendo aplicado no BSM.
- Informar se há alguma ação pensada no recorte de gênero, no público LGBT.



- Criar mecanismos para inclusão dos catadores de material reciclável quando do fechamento dos “lixões” até 2014, com a política nacional de resíduos sólidos.
- Ampliar o acesso a serviços na zona rural, criar pontos culturais, entre outros. Experiências a serem reconhecidas e fortalecidas incluem escolas do MST.

Gestão local e qualificação dos gestores

- Propor sugestões para melhorar a implantação da política pública nos territórios: o desenho das políticas públicas é bom, mas se desfigura no nível local (lógica de funcionamento mais lenta e gestão deficiente).
- Investir nas carreiras e capacitações para gestores públicos. Não há escolas para formação de gestores públicos sociais, falta cultura sobre direitos e deveres, falta responsabilização dos prefeitos e gestores por não atender aos direitos das pessoas.
- Capacitar os profissionais em direitos humanos.
- Investir em tecnologias assistivas e posturas profissionais para garantir que os serviços (de todas as políticas) sejam inclusivos e acessíveis. Há muitas pessoas privadas da convivência comunitária.

Terceiro Setor

- Manter a observância das entidades religiosas que prestam serviço com recursos públicos para que atendam de forma laica, sem preconceito.
- Rever a situação de organizações que ficaram de fora da classificação das entidades em saúde, educação e assistência social.
- Rever decreto do governo Lula com Vaticano, pois dá mais prerrogativas para entidades católicas.
- Estabelecer, para além do Diálogo, uma relação direta com as entidades que possuem condições de ofertar atendimento especializado a essa parcela da população, ampliando serviços já prestados. APAES têm dificuldade de se inscrever nos CRAS municipais.

Respostas da Mesa

Secretária Márcia Amaral (MS)

- Acesso à informação é fundamental para a atuação da sociedade civil
- Monitoramento: questão central
- A sociedade civil deve incrementar mobilização social
- Objetivo das ações de saúde: construir autonomia dos indivíduos
- O MS possui diversos outros programas que não estão no BSM, mas que de alguma forma também chegam neste público.
- Beriberi vão entrar no BSM, com 3 estados prioritários



Diretora Jaqueline Moll (MEC)

- Monitoramento
- Devem ser criadas outras estratégias aproveitando a sociedade civil
- Tem que criar o Sistema nacional de educação, que permitiria a construção e pactos e a cobrança de ações
- Município não tem autonomia, tem praticamente soberania
- Terreno de disputa eleitoral permanente
- EJA tem que avançar, importante para este público e as matrículas diminuem
- Psicólogos: profissionais integram equipes multidisciplinares das escolas, que estão sendo incentivadas.
- Educação infantil no campo: desafio
- Educação integral no campo: grande adesão de escolas do campo no Mais Educação.

Secretária Denise Colin (MDS)

- O BSM não inclui todas as ações do governo, há outras ações acontecendo fora do BSM
- Concorda que deve melhorar a qualidade das informações prestadas
- Repensar o modelo dos diálogos, se semestralmente, se por estado, etc.
- A linha de atuação sempre é a de assegurar direitos
- Houve grande expansão do sistema de assistência, mas ainda há déficit de cobertura para com este público.
- Assistência não conseguiu vinculação constitucional de recursos, tal como outros.



Plenária com os Ministros

RELATOS DAS MESAS DE DIÁLOGO

Abaixo, relatos de participantes (selecionados por seus pares) sobre os tópicos debatidos nas Mesas de Diálogo.

Mesa 1 - Busca Ativa e Garantia de Renda

- Coordenar diversos programas dos três níveis de governo.
- Usar cadastros das diversas entidades.
- Dar a determinados grupos tratamento especial: deficientes, mulheres, população em situação de rua, idosos, trabalhadores rurais, religiões de matrizes africanas.
- Ir além das emergências, priorizar informação, acesso aos direitos.
- Mobilizar sociedade civil para vigiar.
- Lutar contra preconceito.
- Assegurar à dona de casa o direito à previdência.

Mesa 2 – Inclusão Produtiva Urbana

- Apoio ao BSM.
- Participação.
- Divulgação inteligente
- Bolsa capacitação: garantir a participação dos mais pobres, vinculada ao Bolsa Família.
- Atendimento específico aos grupos mais excluídos: deficientes, presidiários, usuários de drogas, mulheres, adolescentes, catadores, religiões de matriz africana.
- Economia solidária.
- Composição de conselhos de erradicação da miséria.
- Desenvolvimento da economia.
- Meios de produção para a economia solidária.
- Priorização das indústrias nacionais.
- Repasse a instituições religiosas: não pode haver exigência de conversão a outras regiões.
- História africana nas escolas.
- Rede nacional de referência para deficientes.
- Catadores de material reciclável, fim dos lixões em 2014.
- Dificuldades das gestões municipais.



Mesa 3 – Inclusão Produtiva Rural

- Novos processos de exclusão.
- Modelo de desenvolvimento rural excludente.
- Acesso aos meios de produção:
 - Água e terra
 - Outras regiões do Brasil sem água (além do semiárido)
 - Tecnologia de cisternas
 - Reforma agrária e regularização fundiária (inclui questão do licenciamento ambiental)
 - Criação de mais reservas extrativistas
- Equilíbrio entre abordagens individual x coletiva. Alguns instrumentos do BSM são individuais. ATER e fomento devem ser complementados com instrumentos coletivos.
- Papel da sociedade civil e controle.
- Processos no território.
- Investimento do estado em formação política, capacitação de gestores.
- Fragilidades institucionais:
 - Equilíbrio entre estado e sociedade civil
 - Estado inexistente em várias comunidades ribeirinhas
 - Descontinuidade de políticas
 - Lacunas na gestão na chamada de ATER, incluindo demora na análise dos relatórios e no pagamento
- Juventude rural: bolsas de estudos para os jovens rurais.
- Acesso a serviços frágil ou inexistente no meio rural. Necessidade de escolas de família agrícola, habitação, Pontos Culturais.
- Participação: aperfeiçoar o método. Os Diálogos são fundamentais, mas não suficientes.

Mesa 4 - Acesso a serviços

- Efetivar a transversalidade das políticas públicas.
- Fortalecer os fóruns.
- Fazer gestão compartilhada.
- Criar espaços sócio-educativos na escola.
- Coibir a questão da violência.
- Usar o olhar dos direitos humanos.
- Estabelecer política de saúde mais democrática.
- Realizar monitoramento das ações junto aos estados e municípios.
- Estabelecer política de educação infantil.
- Aplicar regras das políticas.



- Estabelecer espaço de formação dos agentes públicos.
- Ter em vista dever do estado, direitos da população.
- Fortalecer as políticas públicas do campo.
- Dar atenção especial ao idoso.
- Estimular participação da sociedade civil.
- Promover reordenamento institucional: encontros semestrais e visibilidade do BSM.
- Estabelecer política para egressos.
- Acessibilidade.
- Cebas.

COMENTÁRIOS DOS MINISTROS

Ministra Tereza Campello

- Concorda que deve haver contato mais direto com a sociedade civil, deve-se avaliar como fazer isso, se é o caso de ter esse evento com maior frequência.
- Reconhece a necessidade de regulamentar o terceiro setor.
- Para a ministra, 99% do que foi dito são questões procedentes, que ou já estão contempladas ou são problemas reconhecidos e para os quais se busca uma solução.
- Haverá devolutiva por escrito, em um nível de detalhe menor que a do último ano.
- A experiência de coordenação das políticas vai para além do BSM. Há grande adesão ao CadÚnico, que está virando referência para as políticas sociais.
- Busca de públicos específicos é grande desafio da versão 7 do Cadastro:
 - Chegar aos extrativistas, quilombolas;
 - BPC na escola – uma boa experiência de busca ativa dos beneficiários do BPC para irem para a escola;
 - A participação dos municípios é essencial, foram eles que conferiram capilaridade e a confiabilidade do Cadastro Único;
 - Não é possível reconhecer os cadastros das entidades, levaria a uma perda de controle que colocaria em risco as políticas sociais;
 - O Cadastro Único avançou bastante em termos de inclusão de população de rua, rural e quilombolas, mas ainda há um desafio, o de chegar aos públicos mais isolados.
- Transversalidade: grande desafio do estado moderno, que foi onde o BSM mais avançou.
- Assistência e saúde: atuação conjunta.
- Água: centralidade do semiárido, embora já estejam sendo feitas cisternas fora do semiárido, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
- ATER: a crítica de que é muito individual é válida, devem ser estudadas soluções para o tratamento coletivo, superando alguns empecilhos legais.



- O MDS tem lido as cartas que são enviadas ao governo e as que foram enviadas ao Governo Lula como forma de ouvir os excluídos.
- Territórios da Cidadania: é importante retomar fortemente esta agenda.
- Bolsa capacitação: há negociação para que os estados ofereçam a bolsa.
- Deve ser fortalecida a agenda de qualificação casada com a de intermediação de mão-de-obra e de fortalecimento dos SINE's.
- Economia solidária é uma agenda estratégica que tem que continuar avançando.

Ministro Pepe Vargas

- Pessoas devem ser sujeitos das políticas públicas.
- Para estabelecer um ciclo virtuoso na produção, o Estado oferece fomento, insumos, e assistência técnica, para que em um próximo ciclo o agricultor familiar consiga se manter com as próprias pernas.
- Metade dos extremamente pobres estão na área rural, daí a importância do BSM na zona rural.
- Nas regiões S e SE, o estado deve oferecer ATER.
- Com a seca, diminuiu a efetividade das sementes já distribuídas.
- O PAA está sendo aperfeiçoado com uma nova modalidade, as compras institucionais:
 - Todo órgão público poderá comprar no PAA (Exército, hospitais etc)
 - O orçamento do PAA hoje está em torno de R\$ 1,3 bi, e as compras institucionais têm potencial maior que isso.
 - É importante fortalecer o PNAE
 - É importante a mobilização para divulgação desses aperfeiçoamentos, para que o programa chegue aos menos organizados.
- Falta de pessoal no MDA para fiscalizar os contratos de ATER.
- É necessária a discussão sobre ATER individual, coletiva e relação com os conhecimentos locais.
- Lembrar que ATER não foi universalizada no Brasil e que um novo modelo está em discussão.
- É preciso aperfeiçoar a legislação de chamada pública. As ONGs quase sempre estão de fora. Poderia ser feita contratação direta das instituições públicas e chamada pública para instituições privadas.
- Acesso a terra e água é essencial:
 - Terra – política de reforma agrária, antecipar metas de 2014, priorizando regiões de extrema pobreza;
 - Ação forte para incluir assentados no BF e chegar com um conjunto de políticas aos assentamentos;
 - Muitos são extremamente pobres devido à pouca quantidade de terra que possuem.



- Integração das políticas também é fundamental:
 - Levar políticas aos assentamentos – Minha Casa Minha Vida nos assentamentos tem 96% de subsídio; crédito instalação do Incra paga taxa SELIC de juros
 - Água para Todos nos assentamentos
 - PAC equipamentos – doação de retro escavadeira, melhoria de estradas vicinais.
 - Compras nacionais são priorizadas nos programas PAC Equipamentos e PRONAF Mais Alimentos.

Ministro Gilberto Carvalho

- Destacou a importância do BSM.
- Ressaltou, por um lado, o resgate da autonomia, e por outro, o da coletividade.
- Lembrou que é importante ampliar base de mobilização.
- Frisou que a sociedade civil tem importante papel de cobrança.
- Sobre o novo marco regulatório das ONGs, informou que o Projeto de Lei está pronto e será apresentado à Presidenta Dilma.

Ministro Aloísio Mercadante

- Crise econômica: Europa vive época de corte de direitos e de políticas sociais.
- As aspirações devem ser equacionadas em um quadro de crise.
- Eleger prioridades: manter emprego, redistribuir renda, crescimento.
- Educação: prioridade estratégica.
- MEC vai lançar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, dada à relevância da alfabetização na idade correta para o futuro escolar da criança.
- Políticas relevantes para o público do BSM: Viver sem Limites, Pronacampo, Pronatec, Enem.
- Congresso aprovou lei que assegura metade das vagas nas universidades para alunos das escolas públicas: quatro anos para implementar estas políticas.
- Importância do Ciência sem Fronteiras.
- Reuni: estratégia de democratização do acesso à universidade, com sua interiorização.



INTERVENÇÕES DOS PARTICIPANTES NA PLENÁRIA FINAL

- Lei Geral das Cooperativas: resolver a questão tributária.
- Conaes necessita de uma reorganização, o conselho está esvaziado, não consegue discutir os temas.
- Envolver mais a SPM.
- Dar prioridade para mulheres que sofrem violência.
- Lembrar que está sendo criada a CPMI da violência.
- Criar mecanismos para envolver outros setores da sociedade, não apenas os que estão presentes nos Diálogos.
- Levar o BSM a outros fóruns, como os empresariais, divulgar o programa, expandir parcerias.
- Não há mais demarcação (de terras) e não são dadas condições de produção.
- Insumos, ATER e fomento para indígena.
- “Manda cesta, acostuma índio, depois não manda mais cesta”.
- Segurança alimentar foi um tema pouco abordado.
- Transferência de renda não é suficiente para a questão da segurança alimentar.
- Divulgar a rede de parceiros.
- Metade das terras não demarcadas.
- Grande parte do problema indígena é terra.
- Portaria da AGU proíbe ampliação de terras demarcadas.
- Políticas públicas não chegam a comunidades indígenas.
- Cruzamento de políticas, sobretudo de caráter macro.
- Importância do crescimento e impactos nos territórios, novas formas de expropriação relacionadas à terra.
- Investimentos no micro são subtraídos pelos processos macro.
- Necessidade de análises transversais de programas.
- Gênero: priorização da mulher no programa.
- Para analisar melhor a questão de gênero, deveríamos olhar também para os homens e a violência que sofrem nas periferias urbanas.



ENCERRAMENTO

Secretário Tiago Falcão (MDS)

- Os pontos levantados serão levados para discussão no MDS.
- Em termos de economia solidária, discorda das críticas feitas à política de economia solidária, que apresentou grandes avanços desde sua criação no Governo Lula.
- Em termos de desafios, disse que avançamos na legislação do MEI e não avançamos para os empreendimentos coletivos. O mesmo vale para a assistência técnica na área urbana e compras institucionais urbanas.
- BSM já tem diálogo forte com a SPM, que tem participado do Plano e conta com políticas de resgate de mulheres vítimas de violência.
- Com relação à pouca comunicação, há uma dificuldade tradicional de entrada do programa na grande mídia, mas o Plano tem sido levado a todos os fóruns possíveis.
- Está sendo desenhado um processo de avaliação global do plano, envolvendo tanto aspectos macro quanto micro.
- Todo o BSM está relacionado diretamente à segurança alimentar, não se resumindo à transferência de renda.
- Tem-se buscado incorporar os indígenas nos programas sociais.
- Regularização fundiária e demarcação de terras não são ações inseridas no BSM, embora outras instâncias de governo estejam tratando deste tema.
- ATER para indígenas, desenvolvendo tecnologias específicas.

Secretário Rogério Sottilli (SG/PR)

- Destacou a importância da participação social como método de governo.
- Afirmou que este encontro representa um grande avanço.
- Através dos Diálogos vamos qualificar os Planos do governo, como o Plano Brasil Sem Miséria.
- Agradeceu a presença de tod@s e encerrou o evento.



ANEXO I

“DIÁLOGOS GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL: BRASIL SEM MISÉRIA”

08.08.12

Lista de Presença – Movimentos Sociais

	NOME	ENTIDADE/CONSELHO/MINISTÉRIO
01	Adriano Campolina de Oliveira Soares	ActionAid
02	Alessandra de Oliveira Caixeta Nogueira	FENAPAES - Federação Nacional das APAE's
03	Alex Afonso da Cruz Pamplona	Rede Nacional de Jovens Comunicadores
04	Alexandre Francisco Braga	UNEGRO - União de Negros pela Igualdade
05	Alexandre Luís Giehl	CONAPE - Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
06	Alexandre Seabra Resende	ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados
07	AltacirBunde	MCP – Movimento Camponês Popular
08	Ana Paula Mendes Gomes	Associação Raízes da Tradição (CONJUVE)
09	Anderson Amaro Silva dos Santos	MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
10	Anderson Lopes Miranda	MNPR – Movimento Nacional da População de Rua
11	Antonio Cirino Ferro	Sara Nossa Terra
12	Antonio Fernandes de Jesus Vieira	APOINME – Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas
13	Antonio Luiz Martins dos Reis	ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
14	Áquila Paz da Rosa	UEB – União dos Escoteiros do Brasil
15	Caio Luiz Carneiro Magri	Instituto Ethos
16	Carlos Eduardo Ferrari	ONCB – Organização Nacional dos Cegos do Brasil
17	Claudia Marina WerneckArguelhes	Escola da Gente
18	Claudia RemiaoFranciosi	Parceiros Voluntários
19	Claudio MarcioPaolino	Instituto de Imagem e Cidadania Rio de Janeiro
20	Cleide de Almeida	CNPIR – Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial
21	Clodoaldo de Lima Leite	Fórum Nacional de Assistência Social
22	Clovis Vailant	Unitrabalho
23	Denildo Rodrigues de Moraes	CONAQ – Coordenação Nacional de Art. Comunidades Quilombolas
24	Dora Silvia Bittencourt Cunha Bueno	CEBRAF – Confederação Brasileira de Fundações
25	EdinéiaConceição de Oliveira	Nação Hip Hop Brasil (CONJUVE)
26	Edna Maria Ramos de Castro	SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
27	Elisangela dos Santos Araújo	FETRAF/CUT – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
28	Erlon Caetano de Souza	FETAPERGS/COBAP – Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul/ Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos
29	EvandroNesello	MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
30	Fernanda Collart Villa	COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
31	Flávia Xavier Annenberg	CONNECTAS Direitos Humanos

32	Francisco Antonio da Fonseca Menezes	IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais
33	Francisco das Chagas Silva	REDE AMAZONIA NEGRA – RAN
34	Francisco Simoes de Oliveira Neto	CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural
35	Geraldo Martins Dias	CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
36	Germano de Barros Ferreira	SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa
37	Gilberto Roque Nunes Leal	CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
38	Glaucia de Fatima Barban Morelli	CMB – Confederação das Mulheres do Brasil
39	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	CNCD/LGBT – Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção
40	Ianara Silva Evangelista	Rede de Jovens do Nordeste
41	Iara Maria Grillo	CNA – Confederação Nacional da Agricultura
42	Israel Alves Jorge de Souza	SEBRAE
43	Jacqueline Chaves do Nascimento	RECID – Rede de Educação Cidadã de BRASÍLIA
44	João Fernando Gomes Abreu	FENAFAL – Federação Nacional das Associações de Doenças Falciforme
45	Joaquim Julio Carvalho de Proença Sigaud	IDEST – Instituto de Desenvolvimento Sustentável
46	José Antônio F. Freire	CONADE – Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
47	Jose Antonio Mendes Costa	Rede Nacional de Colegiados Territoriais
48	José Arnaldo de Brito	CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
49	José Bento Souza Vasconcellos dos Santos	RECID – Rede de Educação Cidadã de Minas Gerais
50	Jose Carlos da Silva	Convenção Batista Nacional
51	Jose Carlos Peres	Igreja Metodista
52	Josikleton Mendes	Pastoral da Juventude Rural
53	JustinalnêsCima	MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
54	Karla Bianca da Silva Oliveira	REJUMA – Rede de Juventude pelo meio Ambiente e Sustentabilidade
55	Leila Pizzato	CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
56	Luciano Marcal da Silveira	ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
57	Luiz Carlos Simion	UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social
58	Luzia Pereira Nunes	CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil
59	MaíraHanashiro	CTPCC – Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
60	Marcos Jose Bulgarelli	Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Força Sindical
61	Maria Aparecida ZagoUdenal	MNCS – Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade
62	Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo	FENEIS – Federação Nacional de Integração e Educação de Surdos
63	Maria de Fátima Ferreira Menezes	Ação Fome Zero
64	Mariana Silveira Nascimento	CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção
65	Marilene Alves de Sousa	ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro
66	Marília Mendonça Leão	CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
67	Marilza Aparecida de Lima	MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
68	MaristelaCizeski	CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da

		Criança e do Adolescente
69	Mauro Berber Garcia	Instituto Acácia – Centro de Estudo Pesq. Assessoria e Ação Social
70	Milena Raiter Costa	Centro Dom Helder Câmara de estudos e Ação Social
71	Milton José Fornazieri	MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
72	Miraldo Almeida Silva	ANTRA – Articulação Nacional de Travestis
73	Moacir Meirelles de Oliveira	COBAP – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
74	NiroRoni Nobre Barrios	UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social
75	Noelle Coelho Resende	ISER – Instituto de Estudos da Religião
76	Oduvaldo de Azeredo Braga	Associação Comitê Rio da Ação da Cidadania
77	Pastor Orli Rodrigues	OMEBE – Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil e Exterior
78	Pastor Rosival Molina	OMEBE – Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil e Exterior
79	Raimunda de Souza Gomes	CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
80	Regina Maria MeloAtalla	RIADIS – Rede Latino Americana de Organizações de Pessoas com Deficiência e suas Famílias
81	Reginaldo Gabriel de Lima	Afroreggae
82	Rildo Marques de Oliveira	MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
83	Rodrigo Rodrigues Garcia	RECID – Rede de Educação Cidadã de Brasília
84	Romi Márcia Benbke	CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil
85	Ronaldo Andre Bacry Brasil	CVI Brasil – Conselho Nacional dos Centros de Vida Independente do Brasil
86	Ronei Alves da Silva	CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis
87	Rosane Maria Bertotti	FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
88	Rosilea Maria RoldiWille	CLAI-BRASIL Conselho Latino Americano de Igrejas – Região Brasil
89	Rute Rodrigues do Nascimento	CNPD - CUT Coletivo Nacional de Pessoas com Deficiência da CUT
90	Saulo Manoel da Silveira	CMP – Central dos Movimentos Populares
91	Sebastião Correia dos Santos	Viva Rio
92	Selma Maria de Souza	CIP – Congregação Israelita Paulista
93	Sidnei de Argolo Silva	ACBANTU – Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (CONJUVE)
94	Silvana do Amaral Veríssimo	FNMN – Fórum Nacional de Mulheres Negras
95	Silvestre Antonio Gomes	ACCUNERAA – Associação Centro de Cultura Negra e Religiosidade Afro Amazônica
96	Silvio Rocha Sant’ana	FGEB – Fundação Grupo Esquel Brasil
97	Sofia Debora Levy	CONIB – Confederação Israelita Brasileira
98	Solange do Carmo Sales	CNAB – Congresso Nacional Afro-Brasileiro
99	Solange Oliveira Leite	Instituto Aliança
100	Sonia Maria Coelho G. Orellana	MMM – Marcha Mundial das Mulheres
101	SylvioSobrinho	IPRRH – Instituto de Prevenção, Recuperação e Reintegração Humana – H2O
102	Tania Dias Queiroz	STC – Associação de Trabalhos Comunitários
103	Tania Mara Dornellas dos Santos	CONTAG – Confederação Nacional dos

		Trabalhadores na Agricultura
104	Thelma Regina V. de Mello	SINDSASC – Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Governo do Distrito Federal
105	Ubiraci Dantas de Oliveira	CGTB – Central Geral dos Trabalhadores
106	Ulisses Riedel de Resende	União Planetária
107	Valdir Vicente de Barros	UGT – União Geral dos Trabalhadores
108	Vanessa Preisler	CEFFAS – Centros Familiares de Formação por Alternância
109	Vera Pedrosa Caovilla	ABRAZ – Associação Brasileira de Alzheimer
110	Veronica Maria Ferreira	AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
111	Volninho Benites Pedro	Aty-Guassu
112	Welinton Pereira da Silva	Visão Mundial

ANEXO II

DIÁLOGOS GOVERNO E SOCIEDADE CIVIL: BRASIL SEM MISÉRIA”

08.08.12

Nº de Participantes - Governo Federal

Ministério/ Órgão		Nº de participantes
01	MS – Ministério da Saúde	09
02	MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome	37
03	MMA – Ministério do Meio Ambiente	03
04	MEC – Ministério da Educação	06
05	MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário	07
06	MTE – Ministério do Trabalho e Emprego	02
07	SG/ PR – Secretaria - Geral da Presidência da República	11
08	MI – Ministério da Integração	04
09	MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	01
10	MPS – Ministério da Previdência Social	02
11	ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária	01
12	Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	01
TOTAL		84

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

